
072ª SESSÃO ORDINÁRIA 10AGO2015

(Texto com revisão final.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Professor Garcia solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 4 a 9 de agosto de 2015.

Apregoo o Memorando nº 038/15, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, nos termos do art. 227, § 6º e 7º do Regimento – justificativa de falta –, que comunica a sua participação na reunião do Comitê da Internacional Socialista para a América Latina e Caribe, que ocorrerá em Cartagena das Índias, na Colômbia, no período de 26 a 30 de agosto, sem ônus para esta Casa.

Apregoo o Memorando nº 015/15, de autoria da Ver.^a Mônica Leal, que comunica que irá representar a Câmara Municipal de Porto Alegre no Seminário Regional da Câmara dos Deputados para Debater a Revisão do Estatuto do Desarmamento, no dia 10 de agosto, às 14h, no Auditório Dante Barone .

Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Desiste. O Ver. Dinho do Grêmio está com a palavra em Grande Expediente. (Pausa.) Desiste.

O Ver. Rodrigo Maroni está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. RODRIGO MARONI: Boa tarde Presidente Paulo Brum, demais colegas Vereadores, quero fazer uma menção especial aos pais e também aos filhos, pela importância – Fernandinha, soube da história do teu pai –, feliz Dia dos Pais a todos: Villela, que é um grande pai – o pai da Débora, uma querida, sempre fala em ti apaixonada! –, aos funcionários que são pais, quero fazer uma saudação aos colegas aqui da Câmara, ao público que nos assiste; Casartelli, tu és um grande pai e um símbolo de paternidade da maneira que a gente acredita, então parabéns pelo pai que tu és, o Lucas, seguramente, teve sorte demais ao ter a oportunidade de ser teu filho; Bernardino, tu és um pai tradicional, gaudério; o Mendes, não queria deixar de citar, tem uma

tatuagem do pai e sei que fica sempre bastante emocionado - seguramente teu pai está olhando por ti e está num lugar melhor que o nosso, Pablo, eu acredito bastante que a nossa passagem aqui é muito breve. Também quero desejar ao Garcia, que também é pai, um retorno rápido, ele é uma figura alegre e certamente vai retornar; a gente está desejando bastante saúde, apesar de as informações muitas vezes serem cruzadas; ele é um grande Vereador, tenho certeza que ele vai resistir, porque é uma pessoa que tem muita autenticidade, um coração muito bom e seguramente a sua energia vai trazê-lo de volta aqui para a Câmara, com saúde, e ele vai retornar à vida normal.

Quero dizer que eu comecei, Ver. Delegado Cleiton, há uns meses, nessa demanda da questão animal, tateando para conhecer e entender como se dava essa questão, e demorou algum tempo, Ana, tu que és uma pessoa apaixonada por animais. Aqui na Câmara a gente tem diversas pessoas, funcionários, Guarda Municipal, gente que gosta de bichos, assim como em todos os locais, pois não é uma causa apenas de parlamentares, é uma causa de vida. E esse trabalho é apenas a ponta do *iceberg*. Talvez se nós, os 36 Vereadores, pegássemos essa causa, ainda assim nós teríamos dificuldade de tocar toda essa demanda. A Fernandinha, com muita sinceridade, me perguntou, na semana passada, sobre como se dava essa relação com os animais. E eu fui entendendo que, na verdade, os animais, por serem seres aluminados, e em razão da individualidade de cada um, eles conseguem se manter numa situação mínima que hoje existe, porque eles são aquilo que todo mundo esquece. Temos problemas na saúde, na educação, e os animais ficam naquela sobra, naquilo que ninguém quer. E eu comecei a entender o papel das protetoras, dos protetores, dos amantes dos animais nessa história, e o quão fundamental é a gente tentar gerar políticas públicas para atender e acomodar essas pessoas. E aí vem o hospital veterinário, a importância da castração, para que, daqui a 15, 20 anos, não haja tantos animais abandonados. Hoje, só em Porto Alegre, há quase 30 mil animais abandonados, então, imaginem em todo Brasil. É muita coisa. E eu comecei a ver que é uma coisa para além da Cidade, mas que eu, enquanto Vereador, não posso ligar para o Prefeito de um Município que apresenta um quadro de abandono, ou ligar para uma rede de proteção e tentar criar apoios, porque, obviamente, sozinho ninguém consegue nada, e, sim, que é possível criar parcerias. Hoje, por exemplo, eu defendo, Fernandinha, que haja algum mecanismo público de doação de ração. Eu comecei com pequenas parcerias, como indo a colégios particulares, para que eles

passassem a sensibilizar e conscientizar as crianças - por isso o Dia da Consciência Municipal Animal, inclusive -, no sentido de adotar protetores para 50, 100, 200 animais. Agora eu comecei uma peregrinação pelos canis da Região Metropolitana. A gente tem ouvido muita reclamação, Villela, sobre o canil de Tramandaí há muitos anos. As fotos e as imagens são fortíssimas. Eu, inclusive, sou amigo do Vice-Prefeito de lá, o Clayton, que é compadre do Delegado, e ele me disse que estão fazendo reformas, tentando tirar o canil daquela situação, que hoje é muito triste. Também, hoje, pela manhã, eu fui ao canil de Guaíba. E eu tenho ido sem avisar, Fernanda, justamente para pegar o que é a verdade, chegar lá e ver como os animais são tratados -, e surpreendentemente num canil de uma cidade que teoricamente é pobre, como Guaíba, os animais estão muito bem tratados. Fui lá hoje e vi baias amplas, limpas, os animais com acompanhamento veterinário, e assim quero fazer em Eldorado, em Cachoeirinha - já estive em Alvorada. Para finalizar, quero me comprometer aqui que este trabalho transcende meu mandato que acaba no ano que vem, pois a importância de a gente defender os animais vai continuar, independente da eleição, e assim deveria ser com tudo. Infelizmente, tem muita gente que faz só política, ou exerce um serviço de voluntário, ou pelo bem, no troca-troca. E isso, seguramente, é o que limita nossa sociedade, leva a estar onde está, nos interesses individuais que atrasam para que a população e os animais tenham acesso a eles.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): (14h37min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

(O Ver. Delegado Cleiton assume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Delegado Cleiton): Em votação o Requerimento nº 082/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.)

APROVADO.

(O Ver. Paulo Brum reassume a presidência dos trabalhos.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação o Requerimento nº 090/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em discussão o PLL nº 075/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 233/14. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PR nº 016/15. (Pausa.) Não há quem queira discutir. Em votação. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Reginaldo Pujol (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a alteração da ordem da priorização de votação, para que possamos, imediatamente, passar à votação da Indicação nº 026/15. Após retornaremos à ordem normal.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação a Indicação nº 026/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em votação o Requerimento nº 053/15. (Pausa.) O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 053/15, como autor.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Bom dia a todas e a todos. Quero trazer apenas uma indicação aqui. Eu acho que o tema dos imigrantes já está tomando a nossa atenção aqui no Brasil, fruto de uma melhoria nas condições de vida no País. Isso, logicamente, acaba atraindo pessoas de muitas partes do mundo para Porto Alegre, para Caxias do Sul e para o nosso Interior, que já está recebendo muitos imigrantes senegaleses, haitianos; e nós temos que ter uma postura acolhedora. O nascedouro desta Nação foi sempre a

multiculturalidade, o bem receber as pessoas. Só para lembrar: só havia índios no Brasil, então a maioria de nós é descendente de alguém que migrou para o País.

Não utilizarei aqui os cinco minutos, mas quero dizer que a riqueza do Brasil está na sua diversidade, na possibilidade de receber, aprender, fazer trocas. Então estamos aqui, Ver. Pujol, que me ouve, fazendo essa indicação para que a Nação brasileira incorpore, nos nossos tratados internacionais, justamente essa normativa que trata da proteção ao trabalhador imigrante e à sua família. Acho que é uma riqueza que nós não podemos dispensar. O Brasil é diferente de outros países, Ver. Tarciso Flecha Negra, que tratam o imigrante com um tom de exclusão, de xenofobia, como se o diferente não fosse a riqueza, e acho que o nosso País pode dar esse passo diferente. Em muitos países da Europa, inclusive, há partidos políticos que se fundam com base em quantos estrangeiros foram expulsos do país. Obviamente, em relação a quem está de forma ilegal, é outra situação, mas, politicamente, nós temos que ter uma abertura para bem receber essas pessoas, que trazem riqueza e esperança. Cabe a nós, brasileiros, ter uma postura acolhedora.

É nesse sentido que encaminhamos a indicação, para que o Governo brasileiro faça entrar no ordenamento jurídico essa convenção que trata da proteção das famílias e dos imigrantes que vêm para o nosso País. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Obrigado, Vereador. O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 053/15.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Srs. Vereadores, em princípio, a proposta do Ver. Marcelo Sgarbossa que requer Moção de Apoio à ratificação e incorporação ao ordenamento jurídico nacional da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias da ONU merece uma atenção favorável nossa. Eu só fico com alguma dúvida sobre qual caminho a ser seguido. Se essa ratificação independe de disposição legislativa, se é um ato exclusivo da Presidência da República ou se depende do Congresso Nacional votar alguma disposição, ao que me consta, é o Senado Federal que apresenta isso, aí, mesmo que V. Exa. peça que a Moção seja dirigida à Presidente Dilma Rousseff, ao Presidente da

Câmara dos Deputados e ao Presidente do Senado Federal, se o encaminhamento, Sr. Presidente, é nessa linha de que seja encaminhada ao Congresso Nacional essa proposta para que o Congresso, na sua soberania, delibere, tem o meu mais amplo apoio. Obviamente, eu não posso me comprometer a apoiar a introdução ao ordenamento jurídico numa resolução que é ampla, cujo tema eu não conheço na plenitude e que, eventualmente, eu poderia deles discordar ou não. Mas, se o Congresso Nacional se debruçar sobre esse assunto, para isso eu acho oportuno, expressamente porque é atual. Nós estamos hoje com correntes migratórias em função dos desastres da economia internacional, especialmente em lugares onde o socialismo governa e, em função disso tudo, nós estamos recolhendo anualmente inúmeros migrantes de toda parte que, obviamente, vêm sendo recolhidos pela sociedade brasileira da maneira mais adequada possível, ainda que com algumas restrições.

Por isso, Sr. Presidente, antecipando isso como uma declaração de voto, ainda que não seja exatamente no sentido de que seja a Moção de Apoio à ratificação e incorporação ao ordenamento jurídico nacional da Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias da ONU. Eu acho que teria que ser complementado com o seu encaminhamento aos poderes competentes para, sobre eles, deliberarem com a brevidade devida.

Era isso, Sr. Presidente. Eu vou votar com a Moção, entendendo-a como declarei aqui da tribuna e certo de que o encaminhamento da mesma às autoridades que foram referidas pelo requerente, nos indica, com toda a certeza, o caminho que eu estou a mencionar. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação o Requerimento nº 053/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Reginaldo Pujol: Voto a favor, com Declaração de Voto nos termos contidos na manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Por favor, encaminhe por escrito à Mesa, Vereador.

O Ver. Professor Garcia solicita Licença para Tratamento de Saúde no período de 10 a 14 de agosto de 2015.

O Sr. Reginaldo Pujol (Requerimento): Sr. Presidente, como o próximo projeto, o PLE nº 004/15, trata de matéria que depende de quórum especial, eu peço o adiamento da discussão por uma Sessão, para que possa, com toda a tranquilidade, tramitar a matéria. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Marcelo Sgarbossa (Requerimento): Sr. Presidente, requeiro o adiamento da discussão do PLL nº 002/15 por duas Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Sra. Fernanda Melchionna (Requerimento): Sr. Presidente, eu queria solicitar o adiamento da discussão do PLL nº 285/14 e do PLL nº 286/14 por duas Sessões em função da reunião dos Conselheiros do Sport Club Internacional, que acontecerá hoje à noite, para tratar justamente das duas matérias que estão priorizadas para hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

Em discussão o PLL nº 059/14. (Pausa.) O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para discutir o PLL nº 059/14.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu acho que esse projeto das caçambas é um assunto sério. Vem projeto, vai projeto. O Ver.

Bernardino está envolvido há muito tempo com esse assunto. Ouvi a Ver.^a Fernanda que sugeriu que essa votação fosse postergada, até mesmo porque o autor do projeto não se encontra na Casa. E, também, porque é um problema muito sério definir todos esses itens. Se eu tivesse um container desse na frente da minha casa ou da minha empresa que colocasse realmente aquilo a que foi destinado, e se viesse um vizinho ou alguém de outra empresa, à noite, e colocasse um outro tipo de material, eu acho que não é justo que se pague pelo outro. Então, Presidente, aproveitando que estou na tribuna, faço um requerimento solicitando que se adie este projeto por três Sessões, por favor.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. João Carlos Nedel (Requerimento): Solicito verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Solicito a abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pelo Ver. João Carlos Nedel. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Há quórum.

O Sr. Reginaldo Pujol (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLCE nº 004/14 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. João Carlos Nedel (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do PLCL nº 009/14 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Reginaldo Pujol: Sr. Presidente, um esclarecimento oportuno ao assunto levantado pelo Ver. Nedel. Nós tínhamos acertado, na quarta-feira passada, que adiaríamos a votação do nosso requerimento, que estava colocado em primeiro lugar, para que ele fosse votado em primeiro lugar na próxima quarta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Exatamente.

O Sr. Reginaldo Pujol: Muito obrigado, V. Exa., como sempre, confere na exatidão. Obrigado.

A Sra. Fernanda Melchionna (Requerimento): Sr. Presidente, requeiro o adiamento da discussão do PLL nº 112/15 por duas Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação o Requerimento de autoria da Ver.^a Fernanda Melchionna. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. João Carlos Nedel (Requerimento): Sr. Presidente, requeiro o adiamento da discussão do PLCL nº 009/13 por uma Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Sr. Idenir Cecchim (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do Requerimento nº 025/15 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Idenir Cecchim. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com voto contrário do Ver. Delegado Cleiton.

O Sr. Marcelo Sgarbossa (Requerimento): Sr. Presidente, requeiro o adiamento da discussão do PELO nº 004/15 e do PLCL nº 024/13 por uma Sessão.

SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

O Sr. Marcelo Sgarbossa (Requerimento): Sr. Presidente, requeiro o adiamento da discussão do PLL nº 012/14 por duas Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

O Sr. João Carlos Nedel (Requerimento): Sr. Presidente, requeiro o adiamento da discussão do PLL nº 137/14 por uma Sessão.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. João Carlos Nedel. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

Em votação o Requerimento nº 084/15. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**.

O Sr. Marcelo Sgarbossa (Requerimento): Sr. Presidente, solicito a retirada do Requerimento nº 085/15 da priorização de votação da Ordem do Dia de hoje e o adiamento da discussão do PLCL nº 008/13 por duas Sessões.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Marcelo Sgarbossa. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

A Sra. Fernanda Melchionna (Questão de Ordem): Presidente, tinha sido acordada, na última reunião de Mesa e Lideranças, que haveria uma Reunião Conjunta das Comissões para tratar de uma matéria muito importante para a cidade de Porto Alegre, que é a criação de 63 cargos, com provimento mediante concurso público - inclusive o concurso público já está aberto, para Técnicos de Enfermagem. O projeto chegou um pouco antes do recesso, e hoje teria uma Reunião Conjunta das Comissões apenas para analisar esse processo, que é bastante importante para a saúde. Então, acho que tem que ser antes do encerramento da Ordem do Dia, por isso fiz esta Questão de Ordem.

O Sr. Reginaldo Pujol: Sr. Presidente, de nossa parte há concordância com o propósito dito pela Ver. Fernanda Melchionna, porém, achando que devemos ter a cautela de verificar se temos quórum para fazê-la nesta tarde. Acho que o quórum está muito baixo, é quase certo que não temos quórum.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Visivelmente não temos quórum. Sugiro que façamos a Reunião Conjunta das Comissões na próxima quarta-feira.

(15h15min) Encerrada a Ordem do Dia.

A Ver.^a Fernanda Melchionna está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA: Presidente Paulo Brum, venho, em meu nome e do Ver. Professor Alex, falar de dois temas bastante importantes para a nossa bancada. O primeiro tem a ver com a situação das crianças e adolescentes sob a tutela do Estado, que motivou o debate nesta tribuna, por algumas vezes, na semana passada, sobre o qual não tivemos a oportunidade, na quinta-feira, em função de já termos usado a nossa liderança, de falar diante da situação calamitosa dessas 1.300 crianças, crianças que já são vítimas da negligência, do abandono, muitas vezes da violência doméstica, e que, nesses abrigos, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente, deveriam ter o tempo máximo de dois anos de espera para que houvesse uma definição definitiva no sentido de

saber se a criança volta para casa ou se entra no Cadastro Nacional de Adoções. No ano passado, o Poder Judiciário constatou que, das 129 crianças aptas a estarem no Cadastro Nacional de Adoções, 40 crianças estavam fora. E aqui estamos falando de 40 crianças que perderam anos de sua vida esperando o ingresso e a possibilidade do retorno a uma nova família, uma situação bastante grave que se reflete na falta de trabalhadores, na falta de condições. Dos 47 abrigos visitados no ano passado, 46, Ver. Professor Alex, apresentavam riscos às crianças, insalubridade – e aos trabalhadores também –, péssimas condições de energia elétrica. Nós fizemos uma audiência, em maio, da Comissão de Direitos Humanos, que eu presido e V. Exa. compõe junto comigo, assim como também a Ver.^a Mônica Leal, o Ver. João Bosco Vaz, o Ver. Alberto Kopittke e o Ver. Paulinho Motorista, e nós fizemos uma peregrinação por vários abrigos. Num deles, no qual estivemos há cerca de um mês e meio, as crianças dividiam o colchão, porque faltava colchão para as crianças terem acomodações adequadas! Os monitores nos contaram que, enquanto uma criança toma banho – e são 53 crianças e adolescentes no abrigo -, nenhum outro equipamento elétrico de potência pode ser ligado, Ver. Villela, porque corre o risco de cair a chave de energia elétrica. E olhando as fiações, percebemos o risco até de situações mais extremas como um curto-circuito diante da péssima qualidade daquelas instalações. É essa qualidade que as nossas crianças que deveriam ser cuidadas pelo Estado estão tendo, que os nossos trabalhadores que fazem muito recebem. A ampla maioria dos trabalhadores batalha cotidianamente contra essas condições e acaba encontrando problemas na educação, porque não consegue vaga para as crianças; acaba encontrando problemas no território, buscando políticas de saúde e não encontrando vagas para essas crianças; acaba encontrando problemas no Judiciário. Temos apenas uma juíza da Vara da Infância e Juventude – excelente juíza, diga-se de passagem -, a Dra. Sonáli da Cruz; mas uma juíza para tratar de cinco mil processos, que entrou num regime de mutirão? Isso é inadmissível. É necessário que haja, por um lado, o fim desse jogo de empurra e a busca concreta por soluções que garantam direitos humanos fundamentais para essas crianças que, muitas vezes, estão na invisibilidade. São crianças que deveriam estar sendo protegidas e estão nessas péssimas condições. Nós, então, primeiro entramos com um pedido para a criação de uma comissão especial para tratar do tema, foi protocolado na sexta-feira, mas eu gostaria de pegar a assinatura de todos os Vereadores e Vereadoras para que a gente possa instituir essa comissão

especial, para que a gente possa fazer um mutirão nos abrigos, tanto os municipais, quanto os conveniados, nas Casas Lares – nós conhecemos na primeira na semana passada –, nos abrigos da FPE, do Estado, para garantir que haja uma política concreta de resguardo de crianças que deveriam estar sendo protegidas e que, muitas vezes, estão fora da escola, fora dos cadastros e precisam, sim, de uma alternativa. A Câmara de Vereadores tem essa prerrogativa de fiscalização, então vamos colocar para a votação, na semana que vem, a comissão especial.

O segundo tema é que dia 14 tem nova reunião da Frente Parlamentar Contra Violência nas Escolas, do Ver. Prof. Alex, que agora inovará: vai fazer a reunião nos territórios. A primeira reunião será no Centro Vida, justamente para agregar as escolas da região e discutir temas importantes para a comunidade escolar, para os professores, para os estudantes, para os funcionários de escola e, sobretudo, para todos aqueles e aquelas que defendem educação pública e melhoria das condições desses equipamentos. Obrigada pela atenção.

(Não revisado pela oradora.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Idenir Cecchim está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. IDENIR CECCHIM: Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, eu acho que esta segunda-feira é um dia bom para falar de coisas boas que aconteceram, Ver. João Bosco Vaz, V. Exa. que foi o autor de projetos como o Banco de Tênis, o Esporte Dá Samba, cujos integrantes desfilaram, na sua época, no carnaval de Porto Alegre – e o importante não era o desfile, mas o que ele provocava de solidariedade.

Sempre é um dia propício para falar em solidariedade, mas nesta segunda-feira, um dia após o Gre-Nal, eu queria falar de uma coisa importante que aconteceu lá: o nosso colega Ver. Brasinha pegou o projeto de autoria do Ver. João Bosco Vaz e fez uma grande promoção: ontem, no Gre-Nal, conseguiu arrecadar milhares de tênis de pessoas que não os usavam mais e que serão repassados para crianças e até adultos. Há muito adultos que precisam de tênis, sim, e não têm como comprar. Então, ontem, no Gre-Nal, que aconteceu na Arena do Grêmio – eu prometo que não vou falar em resultado, só do

resultado da arrecadação dos tênis -, foram arrecadados milhares de tênis, por meio do Sub-Secretário Brasinha, da Secretaria de Esportes, numa promoção fantástica. Houve o apoio da imprensa, eu vi o próprio Pedro Ernesto entrevistando o Brasinha, assim como outros repórteres, e a campanha foi um sucesso. Então, eu queria, desta tribuna, cumprimentar o Brasinha, o Ver. João Bosco, que foi autor do projeto, a cidade de Porto Alegre, que, quando é chamada para uma campanha de solidariedade, sabe fazer o bem sem olhar para quem, como dizem os meus companheiros rotarianos. Os tênis foram arrecadados, e, agora, eu tenho certeza que eles serão distribuídos com critério para crianças, jovens, adultos que querem ter um tênis e não têm condições de adquiri-los. Por isso, parabéns ao Ver. Brasinha, que agora está de Secretário-Adjunto da Secretaria de Esportes, ao Bosco, à cidade de Porto Alegre, aos torcedores do Grêmio e do Internacional que, ontem, levaram os seus tênis sem uso para as pessoas que queriam ou precisavam deles. Que bom que a solidariedade se sobrepõe ao esporte, à política, e faz bem para aqueles que precisam. Há muitas pessoas boas, trabalhadoras, honestas que não têm condições de pagar R\$ 100,00, R\$ 150,00 num tênis. Às vezes, as pessoas precisam deles para jogar bola, às vezes...

(Aparte antirregimental do Ver. João Bosco Vaz.)

O SR. IDENIR CECCHIM: O João Bosco me lembra que, quando eu fui Secretário da SMIC, ele era o Secretário de Esportes e me pediu para que nós distribuíssemos os tênis que eram recolhidos... Porque, na minha época, com toda humildade que me deveria caber agora, eu não deixava vender tênis na rua. Não tinha vendedor de tênis na rua - nós recolhíamos os tênis. Diz agora o Ver. João Bosco que foram mais de mil pares de tênis que se conseguiu doar para esse projeto do Esporte Dá Samba, e foi muito bonito assistir aquele desfile com os tênis que essas pessoas receberam. Realmente, o esporte dá samba, o esporte dá vida, o esporte dá solidariedade. Que bom que há pessoas que se preocupam com o esporte, que se preocupam com os pobres, que se preocupam com as novas gerações. Que assim seja por muito tempo, Ver. João Bosco, que o Brasinha, que é único, continue com essa promoção, que continue usando os canais que ele tem para divulgar esse projeto e tantos outros que ajudem os pobres, as pessoas que

precisam e aqueles que querem praticar esportes ou simplesmente esquentar seus pés. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Registramos a presença da Escola Municipal de Ensino Fundamental Mário Quintana, da Restinga. São 20 alunos participando da visita orientada do Memorial, integrante do projeto Parlamento Jovem da Câmara Municipal de Porto Alegre, acompanhados pelos professores Alexandre Teles e Regina Maria Gonçalves Curtis e Marcelo Fagundes Leoni. Sejam todos bem-vindos.

O Sr. Reginaldo Pujol (Requerimento): Sr. Presidente, requero o adiamento da homenagem no período de Comunicações na Sessão de hoje para a Sessão da próxima quinta-feira.

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Em votação o Requerimento de autoria do Ver. Reginaldo Pujol. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

O Ver. Marcelo Sgarbossa está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. MARCELO SGARBOSSA: Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum, também quero cumprimentar os colegas do Memorial que apresentam a Casa aqui aos jovens que aqui se encontram. Esta é uma pequena parte da política institucional. Os Vereadores e Vereadoras que estão aqui foram eleitos pelo voto. Que isso sirva de incentivo para que também entrem na política e sejam cidadãos e cidadãs ativos na nossa política local e brasileira. Uso o espaço do Partido dos Trabalhadores, primeiro, para reforçar aqui uma saudação e uma torcida pelo Ver. Professor Garcia, que continua hospitalizado, para que tudo dê certo. Estamos todos aqui solidários. Acho que um pouco do nosso clima hoje, digamos, refreado, tem a ver com essa torcida para que tudo dê certo. Mas eu quero manifestar aqui que protocolamos hoje uma Moção de Apoio ao Estatuto do Desarmamento. Neste exato momento, na Assembleia Legislativa, discute-se o tema, porque a gente sabe que talvez por ideologia ou como forma de ganhar visibilidade, mas o Deputado Federal Rogério Peninha Mendonça, de Santa Catarina - inclusive ele é

destinatário de uma Moção de Solidariedade do Ver. Reginaldo Pujol, que será discutida na quarta-feira, pelo menos está prevista aqui na votação - apresenta o Projeto de Lei nº 3.722, com situações, verdadeiramente absurdas. Hoje é permitido que a pessoa tenha uma arma, seguindo determinados requisitos, e o Deputado Federal Peninha quer passar de seis para nove armas, quer aumentar a quantidade de munições que a pessoa possa ter. Para mim, o mais simbólico desse projeto que tenta alterar o Estatuto do Desarmamento... Vejam, já é permitido. A questão toda é se fazer um pedido para a Polícia Federal, justificando a necessidade de ter arma de fogo - essa é a questão. Eu sempre vejo como salutar uma discussão: se os critérios que a Polícia Federal está utilizando são vários, se deveriam ser outros critérios, se são critérios objetivos. Acho que nisso nós avançaríamos numa boa discussão. Agora, há pessoas que usam o argumento dizendo que no Brasil não é permitido ter uma arma, quando na verdade é permitido - o Estatuto do Desarmamento permite, logicamente, dentro de alguns critérios. Eu quero chamar a atenção para isso. Nós votaremos mais adiante a Moção de Solidariedade, de autoria do Ver. Reginaldo Pujol, na próxima sessão, assim como votaremos mais adiante uma Moção de Apoio ao Estatuto do Desarmamento como ele está. A proposta do Ver. Peninha de Santa Catarina, que para mim é o mais emblemático, permite a publicidade de armas de fogo. Eu fico imaginando, Ver. Prof. Alex, se passa esse Projeto de Lei, com uma única condição, tem que ter a ressalva de que tem que, obviamente, precisa obedecer aos critérios da lei, mas tira a necessidade de justificar por que você precisa a arma de fogo. Eu, hoje, vindo para cá, escutando o rádio, escutei que dois brigadianos, ao serem assaltados - lembro que tivemos 17 homicídios nesse final de semana em Porto Alegre -, tentarem reagir e foram atingidos. Estamos falando aqui de pessoas que estão sempre armadas, têm toda a técnica, ao reagirem a um assalto, um foi baleado... Não tenho notícias, parece que um apenas um foi ferido, o outro foi morto, enfim, mas dois policiais, no momento que foram assaltados, acabaram reagindo. Estou dizendo para nunca reagir? Não. Agora, sem o elemento surpresa a boa técnica diz que é melhor não reagir. Os números mostram que a reação, geralmente, é prejudicial a quem reage, até porque lhe falta o elemento surpresa, mesmo estando armado. Não quero entrar aqui numa discussão técnica, mas quero dizer que esse Deputado propõe a publicidade de armas de fogo. Então eu fico imaginando se passa essa proposta, nós teremos publicidade de armas, venha comprar aqui a sua arma, com uma simples obrigatoriedade

de ter lá um asterisco, dizendo que, obviamente, têm uma limitação de idade, entre outros quesitos da lei. Então, quantos acidentes já foram evitados com a entrega voluntária das armas, quantas vidas foram salvas através disso. Então, é um apelo aqui para que a gente pense sobre o tema e não retroaja em mais esse tema, como já foi à redução da maior idade penal, o qual espero que não passe no Congresso Nacional, bem como essa proposta do Deputado de Santa Catarina. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Obrigado, Vereador. Passamos à

PAUTA

O Ver. Reginaldo Pujol está com a palavra para discutir a Pauta.

O SR. REGINALDO PUJOL: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, a diligência do Ver. Marcelo Sgarbossa faz com que ele seja o responsável por dois terços da pauta que está sendo examinada no dia de hoje, na medida em que tem em 1ª Sessão de Pauta, duas proposições suas, que começam a ser analisadas preliminarmente por esta Casa. A primeira das propostas é o Projeto de Lei Complementar do Legislativo. (Lê.): "...altera a ementa, o *caput* e os §§ 1º e 2º do art. 1º, o art. 2º, o *caput* e o parágrafo único do art. 3º, o *caput* e os §§ 1º, 2º e 3º do art. 4º e o art. 5º, e inclui arts. 5º-A, 5º-B e 5º-C, todos da Lei Complementar nº 746, de 3 de novembro de 2014 – que assegura aos candidatos negros a reserva de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas em concursos públicos para provimento de cargos efetivos e empregos públicos nos órgãos da Administração Direta e nas entidades da Administração Indireta do Município de Porto Alegre e revoga a Lei Complementar nº 494, de 10 de setembro de 2003 –, alterando a expressão 'candidatos negros' para "população negra", estendendo essa reserva às vagas de cargos comissionados e estágios profissionais, bem como de postos de trabalho oferecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado que prestem serviços para esses órgãos ou para essas entidades, e dando outras providências." A ementa é enorme, e o conteúdo do projeto não é, também, insignificante, muito antes pelo contrário, tem profundidade e impõe, por isso mesmo, uma reflexão. Aparentemente, pode parecer

pág. 17

que é apenas a troca de uma expressão de candidato para comunidade ou para povo negro, mas a verdade é que, se observada a devida adequação dos termos em uma lei que, pelo que se observa, já está exigindo a adequação do termo, porque essa foi a proposta principal do Vereador.

Sr. Presidente, de qualquer maneira, acho que um assunto dessa ordem merece uma reflexão aprofundada por parte da Casa. E não é por outra razão que já estou na tribuna antecipando a minha predisposição em me debruçar sobre esta matéria, para ver tudo que influi, o que é implicado, enfim, fazer um mapa dessas propostas, porque a extensão da proposição pode, aqui ou acolá, gerar situações conflitantes. Então estou antecipando a minha disposição de ingressar nesse processo de forma objetiva, discutindo e apropriando-me do tema, verificando da conveniência ou não das alterações propostas e também – por que não? – dos aditamentos que aqui são colocados. Até sob seus aspectos políticos, sociais, legais, há possibilidade de se chegar a um ponto ou a outro.

Sr. Presidente, Srs. Vereadores, quando vejo a expressão “revogar a lei”, eu fico com um pé atrás. As leis que hoje existem têm alguma razão de ser, pode ser que essas razões desapareçam no tempo, elas podem vir a contrariar determinadas posições hoje que não contrariavam ontem e por isso se pretenda fazer uma espécie de revisão do projeto legislativo que gerou a lei. Então, Ver. Cleiton, há que se aprofundar na análise. Não se discute esse assunto na superficialidade, apesar de as cotas raciais já estarem absolutamente integradas no cotidiano da nossa realidade político-social e que pequenas alterações de denominação e enquadramento não poderiam, em hipótese alguma, comprometer o seu objetivo de disposição afirmativa de resgate, como efetivamente o foi até o presente momento. Por isso, Sr. Presidente, fica esta colocação, feita como sempre faço: de forma clara, transparente, precisa, sem surpreender quem quer que seja. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Cláudio Janta está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. CLÁUDIO JANTA: Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, lendo, atrasadamente, o jornal de sexta-feira, estraguei um dia que era para ter sido um dia

muito especial. Eu estava junto com meu pai, meu filho, meus sobrinhos, em casa, meu sogro, toda a família, no dia de domingo, e, para o meu azar, para minha infelicidade, fui ler o jornal de sexta-feira. E me peguei com a entrevista do pai de Charqueadas – algo que me estragou o domingo. Comecei a ler, despercebido, aquela entrevista, o jornal, e aquilo me deixou numa tristeza muito grande. Naquele dia, lendo aquela reportagem, aquela entrevista, como aquele homem se sentiu incapaz, completamente inútil, completamente impotente, – nem sem dizer, faltam-me palavras – pela barbárie que fizeram com o seu filho. Nenhum pai merecia aquilo ali. Nenhum pai poderia ser castigado como aquele homem foi ou passar pelo que ele passou. Ainda hoje me vem na memória o que eu li. Na quinta-feira eu havia estado em Charqueadas, deixei o meu carro bem ali no local, jantei no restaurante da frente, o pessoal disse que os funcionários do Instituto de Criminalística estavam no posto de gasolina fazendo as perícias. No dia em que estive em Charqueadas, não me veio à mente essa barbárie. Ao ler o relato do pai, percebi a atrocidade, algo que a gente só vê em filmes. Jamais pensaria, em pleno século XXI, no qual temos uma agilidade nas comunicações, ver o relato daquele pai, a total falta do que fazer num momento daquele. Um pai não poder salvar, não poder socorrer, ver o seu filho perder a vida nas suas mãos é inadmissível. A dor que esse homem sentiu no dia de ontem, a dor que esse homem sentiu no dia em que esse fato aconteceu é incompreensível. Não existem palavras para descrever o dia de ontem e o dia em que isso aconteceu. Além de tudo, ele teve de vir até Porto Alegre com o filho nos braços, tentando – de tudo quanto é forma – salvar o filho dessa barbárie.

Então, eu queria fazer esse registro aqui. Esse depoimento, realmente, nos faz – nós que temos filhos – refletir sobre a preocupação que temos. Eu, várias vezes, fui buscar o meu filho, o Cássio, e os meus sobrinhos em festas – só para buscar, e Deus me permitiu que eu conseguisse levá-los para casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Muito obrigado, Ver. Cláudio Janta. O Ver. Delegado Cleiton está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

O SR. DELEGADO CLEITON: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, eu gostaria de vir à tribuna, a exemplo do meu querido amigo Ver. Idenir Cecchim, e só falar

de coisas boas. Tivemos neste fim de semana o Dia dos Pais. Volto a parabenizar todos os pais e mães, que tentam transformar crianças em cidadãos.

Como um exemplo dessas coisas boas, como diz o Ver. Idenir Cecchim, quero falar aos senhores sobre uma visita que fiz na entrega do Título de Cidadão ao Padre Ceron, da Igreja Nossa Senhora Aparecida, no Barro Vermelho, na Restinga, que inaugurou um novo espaço naquela igreja, construído por ele e pela comunidade. Ele chama de refeitório, mas tem um palco, onde foi feita uma apresentação de um grupo de crianças que ensaia músicas. Antigamente não se via muito na periferia alguns instrumentos, como o violino, por exemplo, e eu vi, na sexta-feira passada, crianças se destacando no violino, na percussão, no teclado. Isso é importante, é gente que faz.

Falando em gente que faz, eu queria saudar o meu amigo Caco, que também é uma pessoa que faz. Eu estive visitando as suas obras, entre elas um asilo, onde as pessoas são tratadas como cidadãos, com o maior respeito, com carinho. E, muitas vezes, quando concorremos, somos eleitos, pensamos que podemos fazer muito, não é, Ver. Paulo? E, muitas vezes, não é essa a nossa realidade. A gente se esforça, e aqui nós temos 36 Vereadores que se esforçam muito. Nós vemos que o trabalho, dentro da sua comunidade, às vezes, tem um valor muito mais forte do que as reivindicações que trazemos para cá.

Infelizmente, na Restinga, nós tivemos agora, Ver. Janta, assim como houve lá em Charqueadas, um fato lamentável. Eu estive no cemitério São Miguel e Almas, domingo, por acaso, saudando e levando flores ao meu finado pai, quando estavam sendo veladas as pessoas que morreram degoladas, em um momento possivelmente de insanidade total, de desrespeito ao ser humano, de desrespeito ao morador de comunidade, ao morador da sociedade. Quatro pessoas foram brutalmente assassinadas. E isso, Sr. Presidente, tem sido parte, infelizmente, do cotidiano de Porto Alegre, do dia a dia do Rio Grande do Sul. Por isso eu termino pedindo segurança já! Segurança pública a todo o povo rio-grandense.

Presidente, gostaria de fazer um convite. Nós temos uma exposição aqui na Câmara. E, quando a Sessão terminar, eu convido os Vereadores a comparecerem ali, pois nós faremos uma pequena solenidade, que é o início do seminário “Natureza é o altar de todos nós”, para desmistificar as religiões de matriz africana e umbanda. Nós temos uma

bela exposição aqui embaixo. Virá também uma escola, e gostaríamos de contar com a presença dos senhores. Obrigado, senhores.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Obrigado, Ver. Delegado Cleiton. O Ver. Nereu D'Avila está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo Governo.

O SR. NEREU D'AVILA: Sr. Presidente, Ver. Paulo Brum; Srs. Vereadores, Sras. Vereadoras, senhoras e senhores; imprensa; funcionários desta Casa; sexta-feira passada, dia 07 de agosto, assistindo a um programa das 20h na TVCOM, fiquei impressionado com a beleza da reportagem. Quero parabenizar a TVCOM pela abordagem de um assunto tão importante. Inclusive, a Vanessa, a repórter que estava no Parque da Redenção, junto ao Lucas, Guarda Municipal, fez uma belíssima reportagem sobre o nosso Parque Farroupilha. E gostaria que os Vereadores e a população em geral procurassem saber o que foi abordado nessa reportagem. Foi abordado mais um roubo ao patrimônio da Prefeitura, por incrível que pareça, a uma obra no chafariz, no centro, no âmago do Parque, onde existem tapumes e uma cerca de ferro ao redor da obra. Essa cerca foi derrubada e os ladrões adentraram no chafariz e roubaram toda a parte subterrânea. Sabem quanto sairá para a Prefeitura o ressarcimento dessa obra? Nem eu imaginava tanto: R\$ 280 mil, quase R\$ 300 mil. E aí foi entrevistado o Guarda Lucas, que disse que a Guarda Municipal tem diversas sedes – dez em toda a Cidade – e dispõe de cerca de menos de 600 homens; dispõe de duas viaturas para fazer a ronda do dia e duas à noite, e passam por lá de madrugada e, naturalmente, não conseguem deter o volume da violência. Então, quando se discute a questão do cercamento, se quer ideologizar: “Porque tem que ficar aberto...” – aquele discursinho que todo mundo conhece, aquela lorota, como quiseram fazer com a redução da maioria penal, e deu no que deu. E se der para a população, vai dar mais ainda. A mesma lorota é manter o parque aberto. Para isso, só agora, com a restauração do chafariz, vão ser quase R\$ 300 mil da Prefeitura, do bolso do contribuinte. Em todo mundo, a partir de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Goiânia, Belo Horizonte, Buenos Aires, Madri, Barcelona, Paris, Londres, Nova Iorque, os parques são cercados! Por que esse regionalismo atrasado de que não pode cercar a Redenção? Não pode!?

Hoje eu tive diversos compromissos e não pude... queria trazer para mostrar aqui a reportagem, mas eu parabeno a TVCOM, repito: parabeno a Vanessa, que é uma grande repórter e ficou cerca de quase 30 minutos com o guarda. Há uma alternativa - para ser honesto, e todos devemos ser muito honestos sempre – de que a SMAM, até o fim de setembro, vai restaurar a iluminação, como o fez no Parque Moinhos de Vento. Lá ficou bastante iluminado. Não sei se essa iluminação... Naturalmente estou à espera de que ela reduza os índices de violência, mas sou pessimista porque, se os próprios guardas dizem que só fazem duas rondas por dia e à noite... E vamos convir, à noite, ninguém entra na Redenção! Ninguém é louco para entrar lá, para ser morto, triturado!

Encerro dizendo que em boa hora esta Câmara deu à população o veredito: vamos entregar à população a decisão: se protege o patrimônio ou se vai continuar gastando como agora, de repente, em cima de uma obra que deveria estar restaurando o chafariz, e vai ser restaurado, e vamos gastar mais de R\$ 280 mil para repor o que a insegurança proporciona. E a insegurança vem porque está aberto, livre e ninguém ataca o banditismo no maior patrimônio que temos sob o ponto de vista turístico, que é o nosso querido Parque da Redenção. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): O Ver. Alberto Kopittke está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

O SR. ALBERTO KOPITTKE: Sr. Presidente, Srs. Vereadores e Sras. Vereadoras, o meu muito boa tarde. Se me permitem uma brincadeira, o meu muito boa tarde cinco vezes para todas e todos. Afinal, também temos que saber comemorar as saudáveis questões futebolísticas.

Querida Ver.^a Fernanda Melchionna, que é do PSOL e da oposição – estou falando em nome da oposição –, colorada; Ver. Marcelo Sgarbossa, que me cede o tempo do meu partido, o PT; eu venho relatar aos colegas que venho da Assembleia Legislativa, de uma audiência pública da Câmara Federal, onde o tema proposto era o Estatuto do Desarmamento. O projeto de lei, na verdade, acaba com o Estatuto do Desarmamento, lei esta, como todos sabem, de 2004, quando o Brasil finalmente estruturou as regras para a legislação do controle de armas no nosso País. Infelizmente, lá estava presente apenas

um lado: o lado daqueles que são a favor do fim do Estatuto do Desarmamento. Estavam lá apenas Deputados desse perfil, o que acho uma perda para a democracia, não termos os dois lados dialogando, as várias visões; aliás, não existem só dois lados, existem vários lados para discutir os temas.

Infelizmente, não pude falar, exatamente por essa situação de o plenário ter apenas um dos lados, mas o que eu gostaria de destacar para os colegas, e faço questão de mencionar, é que, apesar de todas as diferenças que temos com a Ver.^a Mônica Leal, do PP, ela foi a única que teceu questionamentos ao relator do projeto, no sentido de que, se o objetivo era discutir o direito a armas, por que, então, aumentar o número de munições individuais, de cada pessoa, as autorizações, de 50 para 600 por ano? Por que aumentar a permissão para aqueles que têm porte de armas de cinco armas para nove armas? Por que acabar com a obrigatoriedade da renovação a cada três anos e tornar a licença eterna? A pessoa, ao longo da sua vida, só vai ter que fazer um exame apenas! Para motorista, nós temos que fazer a cada cinco e dez anos as renovações da carteira de habilitação.

Então, na verdade, estamos tratando de um tema relevante, o direito individual ao armamento, mas aquele projeto de lei não versa sobre isso; aquele projeto de lei versa sobre um *lobby* da indústria de armas para espalhar as armas no território brasileiro. Segundo demonstram absolutamente todas as pesquisas científicas hoje disponíveis no Brasil e nos Estados Unidos, o aumento do número de armas em circulação aumenta o número de homicídios e suicídios no país.

Nós temos estudos que demonstram que, para cada percentual de aumento de armas na mão das pessoas, nós temos o aumento de 2% no número de homicídios, dados do IPEA, de 2013, do pesquisador Daniel Cerqueira.

Nós temos vários estudos do FBI de que uma pessoa, tendo arma em casa – pesquisa essa de 2008 –, tem 150 vezes mais chance de ser morta no assalto na sua residência do que uma pessoa que não tem arma e 180 vezes mais chance de cometer suicídio do que uma pessoa que não tem arma.

É um assunto por demais grave, importante de ser debatido por nós, que temos hoje, no Brasil, uma taxa de impunidade de homicídios de 97%, isto é, 97% dos homicídios não são investigados. E vamos sair a espalhar armas pelo País!

Câmara Municipal de Porto Alegre
Seção de Taquigrafia
072ª Sessão Ordinária 10AGO2015

Essa é mais uma bandeira desta bancada que tem espalhado ódio pelo País. Estava ali o Deputado, filho do Jair Bolsonaro; o Deputado Heinze, o Deputado Onyx Lorenzoni, que espalham ondas e projetos de ódio e de disseminação de violência pelo País e de intolerância, e nós temos que estar muito atentos, porque isso diz respeito à democracia do nosso País. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

O SR. PRESIDENTE (Paulo Brum): Estão encerrados os trabalhos da presente Sessão.

(Encerra-se a Sessão às 16h05min.)